

PUBLICIDADE

EXCLUSIVO PARA ASSINANTES

Weintraub revoga portaria que incentivava cotas na pós-graduação

Decisão foi um dos últimos atos do ministro à frente do MEC

Daniel Gullino e Carolina Mazzi

18/06/2020 - 11:05 / Atualizado em 19/06/2020 - 11:23



O ministro da Educação, Abraham Weintraub, durante cerimônia no Palácio do Planalto Foto: Pablo Jacob/Agência O Globo/29-04-2020

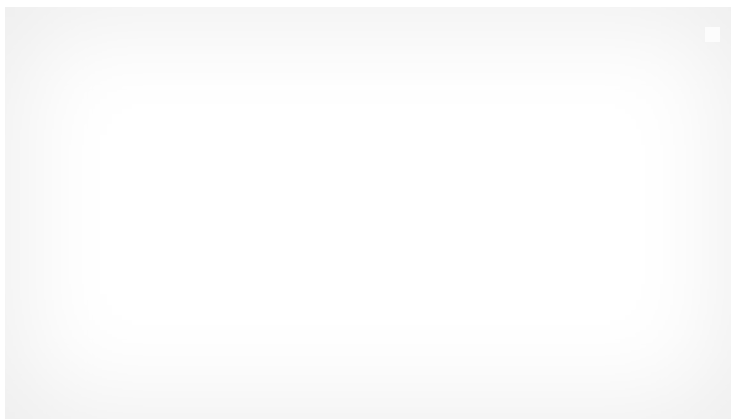


CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

BRASÍLIA — Antes de deixar o cargo de ministro da Educação na tarde desta quinta (18/6), Abraham Weintraub revogou pela manhã uma portaria da pasta que incentivava a adoção de **políticas** de cotas para negros em programas de pós-graduação. O texto havia sido editado em maio de 2016, no governo da ex-presidente Dilma Rousseff.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

STF: [Maioria do STF vota para manter aberto inquérito das fake news](#)

A portaria estabelecia um prazo de 90 dias para instituições federais de ensino superior apresentarem propostas de inclusão de negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência em seus programas de mestrado e doutorado. Também havia uma determinação para que as instituições criassem comissões próprias para discutir o aperfeiçoamento das ações afirmativas.

Outro ponto da portaria era a definição de que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) deveria coordenar a elaboração periódica de um censo de alunos da pós-graduação, para fornecer subsídios para o acompanhamento dos programas de cotas. Por fim, o Ministério da Educação teria um grupo de trabalho para acompanhar as ações propostas na portaria.

LEIA: [Ministério da Educação vai estender prazo para atividades à distância no ensino superior](#)

Em nota, o ex-ministro Aloizio Mercadante, responsável pela edição da portaria que foi revogada, defendeu a política de cotas e afirmou que "essa trajetória de sucesso nas nossas universidades, que evoluía também na pós-graduação, foi interrompida pelo governo Bolsonaro".

Já a senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) apresentou um projeto de decreto legislativo (PDL) para revogar o ato do ministro. A deputada federal Tabata Amaral (PDT-SP) afirmou que fará o mesmo.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

LEIA:



DE ERROS DE PORTUGUÊS A ATAQUES AO STF, RELEMBRE A GESTÃO DE WEINTRAUB NO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



Após 14 meses no governo Bolsonaro, Abraham Weintraub deixa o Ministério da Educação Foto: Pablo Jacob / Agência O Globo -29/04/2020

SAIBA MAIS: [Ex-ministros pedem exame de denúncias de 'potenciais crimes de responsabilidade' cometidos por Ricardo Salles](#)

Na quarta-feira, a gestão de [Weintraub divulgou um balanço](#) das "entregas de 2020" pela pasta. No início do ano, a pasta já havia divulgado um documento semelhante, mas com dados relativos a todo período de 2019. A divulgação foi interpretada como um indício de que Weintraub está preparando o terreno para deixar o órgão.

De acordo com alguns parlamentares, a divulgação foi encarada como uma "prestação de contas" de Weintraub às vésperas de ser demitido da Educação. A situação do ministro ficou insustentável desde o último domingo quando Weintraub compareceu a uma manifestação pró-governo, o que irritou o presidente Jair Bolsonaro que tentava apaziguar os ânimos com o Supremo Tribunal Federal (STF).

Número de cursos de pós com cotas quase triplicou após portaria de 2016

A Portaria Normativa nº 13/2016, revogada por Weintraub, não tinha caráter de lei, ou seja, não exigia que as instituições federais adotassem as cotas nos cursos de pós-graduação. Mas ela foi responsável pelo aumento no número de universidades que aderiram às ações afirmativas nos últimos anos, apontam especialistas.

Estudo da pesquisadora Anna Carolina Venturini, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), publicado em 2019, analisou a evolução das cotas dentro dos cursos de pós-graduação no Brasil pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (Gema): até 2016 eram cinco as instituições que tinham ações afirmativas. Em 2017, apenas um ano após a publicação da medida, esse número saltou para 14.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

Segundo a autora, a concentração de iniciativas no ano de 2017 “aponta que a Portaria Normativa MEC nº 13/2016, a qual determinou que todas as instituições federais de ensino superior enviassem propostas de inclusão de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação, teve papel indutor” no crescimento, diz no estudo.

O sociólogo Rodrigo Lopes Cavalcanti Ribeiro, presidente da Associação de Pós-Graduandos da Universidade Federal Fluminense (UFF), concorda que a Medida de 2016 foi “fundamental” e diretamente responsável pelo aumento no número de cursos de pós graduação nas instituições federais:

— A medida também influenciou algumas áreas de conhecimento do Capes, que passaram a considerar as políticas de inclusão como um dos critérios avaliativos. A nota da Capes na avaliação é fundamental para o reconhecimento da qualidade dos programas de pós-graduação e conseqüentemente um aumento nas verbas de pesquisas e bolsas, por exemplo. Então, apesar de ser uma portaria normativa, a medida foi além, tendo efeitos práticos nas universidades. A portaria do Weintraub, no apagar das luzes do seu governo, é de um retrocesso sem tamanho.

A Universidade Federal Fluminense (UFF) emitiu nota em que se manifesta "totalmente contrária a atitude intempestiva do Ministério da Educação, na figura de seu Ministro, de revogar a Portaria Normativa 13, de 11 de maio de 2016, que definia uma política de implementação de Ações Afirmativas para negros, indígenas e pessoas com deficiências, nos Programas de Pós-graduação das Instituições Federais de Ensino".

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

A instituição afirmou ainda "que independente da Revogação da referida Portaria, e preservando sua Autonomia Universitária, continuará a sua política interna de defender as ações afirmativas em seus Programas de Pós-graduação, através do oferecimento de cotas e de outras ações", diz o comunicado, assinado pelo reitor, Antonio Claudio da Nóbrega e o vice-reitor, Fabio Barboza Passo.

Adesão ao sistema de cotas é decisão da instituição de ensino

A decisão de aderir às cotas ainda cabe a cada instituição, respeitando o princípio da autonomia universitária. No texto que foi revogado por Weintraub, o Ministério da Educação criava uma “diretriz nacional” e uma “orientação” sobre o tema, dizem os especialistas, estimulando as instituições a criarem propostas de inclusão para serem debatidas dentro do colegiados acadêmicos.

— Com a revogação, o MEC deixa de ter uma política voltada a promover inclusão da população negra e originária, historicamente excluída do processo educacional e da produção de conhecimento e deixa a cargo de cada instituição não só a adoção das cotas, mas também os critérios e formas. A medida de 2016 fortalecia o debate democrático dentro das universidades sobre o tema. O Ministério dava o seu posicionamento a favor da adoção das medidas, mas respeitando a autonomia das instituições — afirma Flávia Calé, presidente da Associação Nacional de Pós-graduação (ANPG).

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

A ANPG protocolou dois pedidos para derrubar a portaria de Weintraub. Em nota, o Ministério da Educação afirmou “que a Portaria Normativa nº 13/2016, cujo teor trata de ações afirmativas e cotas para cursos de pós-graduação, foi revogada com base no artigo 8º, do Decreto nº 10.139/2019. Cabe acrescentar que a Lei nº 12.711/2012, em vigor, prevê a concessão de cotas e ações afirmativas exclusivamente para cursos de graduação”.

Conteúdo Publicitário

Glicose alta: isto varre o açúcar do sangue

Gc99 | Patrocinado

Pacotes com 25, 50, 75 ou 100 máscaras. Preço de atacado

Haylo Máscaras | Patrocinado

A filha de Lídia Brondi cresceu e está linda

Buzz Treatment | Patrocinado

Fruta comum em São Paulo põe fim em varizes e vazinhos

Variclear | Patrocinado

MAIS LIDAS NO GLOBO

1. Marco Aurélio critica decisão do TJ no caso Flávio: 'É o Brasil. É o faz de conta'

André de Souza

2. 'Não tenho nem preparação para fazer discussão ideológica, minha função é técnica', diz novo ministro da Educação

Paula Ferreira

3. Brasil tem 1.180 mortes em 24 horas e ultrapassa 55 mil óbitos pela Covid-19, aponta consórcio de veículos de imprensa no boletim das 20h

O Globo

4. EUA registram maior número de casos diários de coronavírus desde o início da pandemia

O Globo e New York Times

5. Nenhum estado do Brasil mostra sinais de redução da transmissão de Covid-19, aponta Fiocruz

Yasmin Setubal

MAIS DE SOCIEDADE

VER MAIS

Glicose alta: isto varre o açúcar do sangue

Gc99 | Patrocinado

Pacotes com 25, 50, 75 ou 100 máscaras. Preço de atacado

Haylo Máscaras | Patrocinado

Fruta comum em São Paulo põe fim em varizes e vazinhos

Variclear | Patrocinado

por taboola

